BIBLIOGRAFIA

BERALDO, Tânia Maria Lima. **Formação de docentes que atuam na educação superior**. In: Revista de Educação Pública. v. 18, n. 36 (jan./abr.2009). Cuiabá: EdUFMT, 2009.

CUNHA, Maria Isabel da (org.). **Formatos avaliativos e concepções de docência**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

GIMENO SACRISTÁN, J. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artmed, Rio Grande do Sul, 1999.

GIMENO SACRISTÁN, J., PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e Transformar o Ensino**. 4ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ISAIA, Silvia Maria de Aguiar. **Desafios à docência superior: pressupostos a considerar**. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira (orgs.). Docência na Educação Superior. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2006. (Coleção Educação Superior em Debate; v.5).

LORTIE, D. C. **Schoolteacher: socialização prévia do ensino**. Chicago: Universidade de Chicago, 1975.

MASETTO, Marcos T. **Professor universitário: um profissional da educação na atividade docente**. In: _____ (org.). **Docência na universidade**. - Campinas, SP: Papirus, 1998. - (Coleção Práxis). _____. **Competência pedagógica do professor universitário**. – São Paulo: Summus, 2003.

MOROSINI, M. C. (org.). **Docência universitária e os desafios da realidade nacional**. In: **Professor do ensino superior: identidade, docência e formação**. 2.ed. ampl. Brasília: Plano Editora, 2001.

PACHANE, Graziela Giusti. **Teoria e prática na formação de professores universitários: elementos para discussão**. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira (orgs.). **Docência na Educação Superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2006. (Coleção Educação Superior em Debate; v.5). PACHANE, Graziela Giusti; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. A importância da formação didático-pedagógica e a construção de um novo perfil para professores universitários. Revista Iberoamericana de Educación. Septiembre-diciembre. 2003.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Editora Artmed.Porto Alegre,2000.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos; CAVALLET, Valdo José. **Docência no ensino superior: construindo caminhos**. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (org.). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP. 2003. _____, ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. – São Paulo: Cortez, 2002. - (Coleção Docência em Formação).

ROGERS, Carl (1986), **Liberdade de Aprender em Nossa Década**. 2ª. Edição, Porto Alegre, Artes Médicas..

Qualidade na Educação: O Papel do Professor no Ensino Superior

Elisabete Gonçalves de Miranda

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a prática docente no ensino superior. A educação superior constitui um meio para a produção do conhecimento, e a universidade é um lugar ao quais os valores e práticas da educação precisam ser vivenciadas. Grandes nomes na história da educação nos mostram que o docente deve ser um facilitador da aprendizagem, buscando fazer com que o corpo discente participe da sua formação por intermédio da integração e cooperação de todos, uma vez que o papel do docente em sala de aula. A pesquisa discute a formação inicial de professores, procurando evidenciar as exigências dessa formação, bem como a formação oferecida e, consequentemente, o papel do professor no contexto universitário. Para tanto, fez-se um levantamento bibliográfico e uma reflexão aprofundada do tema em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Docência no Ensino Superior. Formação inicial. Formação continuada. Educação.

1. INTRODUÇÃO

É um lugar comum afirmar-se que o desenvolvimento de um país está ligado à educação nas suas diferentes modalidades, ao ponto de se considerar os recursos humanos qualificados como a sua maior riqueza. Assim, pode-se afirmar que nas questões relacionadas com a cidadania e a defesa nacional, o papel da escolarização será inequívoco.

O processo educacional, desde sua origem, é permeado pela lógica social vigente. Diferente do que muitos ainda discursam, não é a escola que pauta as mudanças sociais, mas a sociedade que pauta a prática educativa. Nesse sentido, o professor pode se constituir em sujeito de resistência à lógica hegemônica da sociedade por meio do exercício de sua profissão.

Nas políticas educacionais sobre formação docente, no Brasil evidencia-se nos documentos legais uma dinâmica discursiva relativa à configuração das funções, dos papéis e das competências dos professores num perfil profissional. Uma interrogação

pertinente, no entanto, pode ser colocada: qual a razão para que a noção de competência tenha adquirido centralidade na construção de um perfil profissional do docente? A resposta está em que ela faz parte de políticas educacionais que respondem a um duplo objetivo: de um lado, a descentralização e a responsabilização das escolas e dos docentes pelos resultados do sucesso dos alunos. A devolução de competências e a autonomia são faces de uma mesma moeda: transfere responsabilidades da esfera pública para a esfera privada (comunidades, pais, alunos, professores e outros); de outro, o reforço do papel centralizador do Estado na definição tanto avaliação.

A profissão docente era caracterizada por algumas traças de conhecimento objetivo, o que de certa forma significava possuir determinado conhecimento formal assumir a capacidade e ensiná-lo, o que caracterizava e caracteriza um conhecimento abstrato de casos bem concretos. Atualmente essa postura arcaica e conservadora de características históricas são consideradas insuficientes ao passo que o contexto em que se educa tem cada vez mais importância no processo de ensino/aprendizagem, deixando um ensino unicamente técnico de transmissão de conhecimento, dando lugar a uma prática construtora de ensino ético e crítico formador. A aprendizagem pela relação, pela convivência aumenta a capacidade de interação entre professor e aluno com o grupo, dessa forma a prática tem exigido cada vez mais do educador, e é claro que isso requer uma formação qualificada do profissional permanentemente.

Para refletir a respeito do conceito de formação de professores exige que se recorra à pesquisa, à prática de formação e ao próprio significado do papel do professor na sociedade. A pesquisa acompanha os movimentos políticos econômicos e socioculturais que dão forma ao desempenho docente, quer no plano real quer no plano ideal. Já a prática estabelece-se a partir de uma amálgama de condições teórico-contextuais.

Os professores universitários, mesmo possuindo esses títulos acadêmicos, pouca importância tem dado a sua formação como professor, isto é, à sua preparação para a função do ensino. Autores vêm alertando para algumas lacunas existentes na formação dos docentes do ensino superior.

O objetivo geral é refletir sobre o papel do professor no Ensino Superior, bem como sua formação continuada. Os objetivos específicos são destacar como se desenvolve a formação inicial dos professores; estabelecer uma comparação entre a utilização de métodos tradicionais e as novas tecnologias; discorrer sobre novos paradigmas educacionais.

A motivação em estudar sobre o assunto é por acreditar que há deficiências nas escolhas dos docentes no ensino superior. Nem sempre os profissionais possuem qualificação ou são qualificados para atuar didaticamente em sala de aula, possuindo apenas qualificação técnica. Além disso, cita-se ainda a experiência como aluno na graduação e em conversas informais com colegas e outros profissionais já formados que corroboram com a justificativa de que alguns professores não possuem didática coerente com sala de aula.

Em que as novas tecnologias aprimoram ou não a metodologia dos professores num atual paradigma educacional.

2. O PAPEL DO PROFESSOR NO ENSINO SUPERIOR

Ao professor do ensino superior, é atribuída a responsabilidade de formar profissionais competentes para suprir as necessidades do mercado de trabalho. Este professor precisa saber o conteúdo, conhecer os recursos pedagógicos e as novas tecnologias para compartilhar conhecimento e promover o desenvolvimento de habilidades e competências em seus alunos. Um grande desafio para o professor do ensino superior está relacionado à ausência de formação prévia e específica para atuar como docente, sobretudo formação pedagógica e didática. Na busca de qualificação e aperfeiçoamento da profissão docente, estes professores ingressam em cursos de pós graduação stricto senso, que por sua vez estão mais voltados a formação de pesquisadores.

Como nos mostra Tardif (2005), o professor deve assumir uma posição inovadora, deixando de ser mero ministrador de aulas. Mas essa posição passa a exigir do mesmo, constante atualização, tanto no que se refere a sua disciplina, como também, sobre os problemas enfrentados em sala de aula - indisciplina, métodos de avaliação, dentre outros, assim contribuindo com o entendimento acerca da realidade, tanto do aluno como do papel do professor, e também na promoção de uma emancipação intelectual e política de ambos.

Para Zabalza (2004) o professor universitário possui três grandes dimensões na definição de seu papel como docente. A dimensão profissional que configura os componentes essenciais que definem essa profissão; a dimensão pessoal que interfere no mundo da docência a partir de alguns elementos como a satisfação no trabalho e outras situações de ordem pessoal; e a dimensão administrativa que envolve questões contratuais, de carreira, condições de trabalho e outras obrigações do exercício profissional. Essas dimensões propostas pelo autor não são excludentes, isto é, coexistem na análise sobre o papel do docente universitário.

O docente, diante desse argumento levantado pelos autores citados, precisa compreender que o trabalho de instruir o aluno deve ser uma atividade voltada para o trabalho sobre o humano, ou seja, para haver o desenvolvimento das ações planejadas pelo educador, ele precisa compreender que os educandos são constituídos de aquisições cognitivas, sociais, culturais e econômicas. Para este trabalho se constituir, conforme os autores em

pauta, o trabalhador precisa se dedicar ao seu parceiro de trabalho, que é justamente outro ser humano dotado de competências e saberes, sendo estas construídas historicamente no caráter essencial da interação humana, uma vez que a aprendizagem se dá no contato entre humanos. A docência universitária exige a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Formar professores universitários implica compreender a importância do papel da docência e as competências do corpo docente. O professor precisa se transformar num tutor eficiente de atividades de grupos, devendo demonstrar a importância prática do assunto a ser estudado, teve transmitir o entusiasmo pelo aprendizado, a sensação de que aquele conhecimento fará diferença na vida dos alunos; ele deve transmitir força e esperança, a sensação de que aquela atividade está mudando a vida de todos e não simplesmente preenchendo espaços em seus cérebros.

Os docentes devem ser preparados para a arte do ensinar. Não basta ser um bom pesquisador, mas também, um bom transmissor de conhecimentos. Ocorre que ao ensino médio é exigida formação especifica para ministrar aulas, enquanto para o ensino superior não há tal exigência, fato este que deve ser mudado, uma vez que para transmitir conhecimentos não basta apenas tê-los, mais que isso o educador deve ter a formação necessária para tal. Existem profissionais extremamente habilitados para trabalhar em suas respectivas áreas e ainda munido de profundo conhecimento, entretanto limitados quando o assunto é transmitir seus conhecimentos. Enfim, o professor deve ser um aliado na construção do indivíduo - aluno e não, simplesmente, um transmissor de disciplinas. O professor deve ainda estar apta a contínua mudança de nosso dia a dia.

3. A FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR

A formação profissional e acadêmica do professor é gestada no contexto da revolução liberal como expressa Tanuri (2000, p. 62):

> as escolas destinadas ao preparo específico dos professores para o exercício de suas funções está ligado à institucionalização da instrução pública no mundo moderno, ou seja, à implementação das idéias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população.

Destaca a autora que esta demanda insere-se no bojo da Reforma e Contra Reforma, no entanto somente se materializa na Revolução Burguesa, com a criação dos primeiros cursos normais em 1795, na França. No Brasil, os arautos da Revolução Burguesa proclamados ao apagar das luzes do império, sustentados nos primeiros tempo da república, se consolidam na metade do século XX.

Em decorrência a organização da escola e pública e os cursos para formar os professores são implementados nesta mesma conjuntura, primeiro os cursos normais para formar o professor primário e posteriormente as licenciaturas (nas áreas de conhecimento e pedagogia). Desde a década de 1990, os sistemas de ensino proclamam por uma formação de professores capaz de promover mudanças no processo de ensino. Nesta perspectiva, entre as alternativas, na definição das políticas de intervenção no estatuto da formação do professores, é elevar o nível de exigência para os cursos de formação inicial do professor e a ampliação da formação continuada.

Se tomarmos por base estudo feito recentemente por Gatti (2010) que trata das características e problemas da formação de professores no Brasil, notamos que a situação não demonstra avanços significativos. A autora, ao analisar projetos pedagógicos de cursos de licenciatura de instituições públicas e privadas das cinco regiões do país, revela um panorama desolador quanto às condições dos cursos de formação de professores para a educação básica, mostrando a necessidade urgente de uma revisão profunda nas estruturas dos cursos. Uma das causas apontadas pela autora para essa situação, que sofre implicações da pulverização na formação e indica uma formação frágil, distante das necessidades formativas de professores para atender às exigências da educação básica, é a ausência de um eixo formativo para a docência.

Para cumprir a LDB na letra e no espírito, será necessário reverter essa situação. A lei manda que o professor de ensino superior construa em seus alunos a capacidade de aprender e de relacionar a teoria à prática em cada disciplina do currículo; mas como poderá ele realizar essa proeza se é preparado num curso de formação docente no qual o conhecimento de um objeto de ensino, ou seja, o conteúdo, que corresponde à teoria, foi desvinculado da prática, que corresponde ao conhecimento da transposição didática.

Um dos problemas centrais dos cursos de formação é a falta de articulação entre os chamados conteúdos pedagógicos e os conteúdos a serem ensinados. Isso se mostra muito nitidamente nos cursos de licenciatura, compostos por dois grupos de disciplinas. Em um grupo, estão as disciplinas de formação específica na área e, no outro, estão as disciplinas de formação geral e pedagógica. Geralmente, esses dois grupos de disciplinas são desenvolvidos de forma desarticula da e, até mesmo, contraditória. Afirma-se, por exemplo, uma concepção de ensino e de aprendizagem à luz da idéia de resolução de problemas, enquanto nas aulas das disciplinas do primeiro grupo prevalece uma prática baseada, unicamente, na transmissão de conhecimentos descontextualizados, sem participação do aluno. Pode-se dizer, também, que, em muitas instituições formadoras, há um certo desprestígio do segundo grupo de disciplinas e dos professores que trabalham com elas.

Seria desejável que o campo de trabalho real de profissionais professores fosse referência para sua formação, não como constrição, mas como foco de inspiração concreta. Silva Júnior (2010, p. 7), ao analisar experiências formativas de docentes, assinala que as formações clássicas voltadas à preparação individual para o trabalho têm se revelado ineficazes, ou seja, a concepção tradicional de formação inicial de profissionais apenas como propedêutica, em forma teórica dissociada de experiências e conhecimentos adquiridos pela experiência de trabalho, não responde às necessidades de reconversão profissional que a contemporaneidade coloca. A formação inicial de um profissional, além da formação acadêmica, "requer uma permanente mobilização dos saberes adquiridos em situações de trabalho, que se constituirão em subsídios para situações de formação, e dessas para novas situações de trabalho". Silva Júnior (2010)

4. A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR

Vivemos atualmente, em uma sociedade considerada, por muitos teóricos, como pós-moderna, marcada pela inovação tecnológica e social; dessa maneira, o interesse sobre a formação de professores, nos últimos anos, ganhou destaque no campo da investigação entre os diversos estudiosos educacionais internacionais e nacionais.

Existem diversas tendências históricas sobre a formação de professores. Algumas abordagens tomam, como referência, uma concepção mais crítica, mais reflexiva, que concebe o professor como profissional do ensino, ao passo que outras são mais tradicionais, com uma visão mais clássica, pautada na racionalidade técnica, ora positivista, ora empirista, que concebe o professor como um técnico, não considera o saber deste, só o saber científico.

Neste sentido, pensamos que o tema que elegemos assume não só atualidade

– tanto no nível das práticas nas quais se tem buscado uma interação crescente entre formação e trabalho, nos mais diversificados grupos profissionais e contextos organizacionais, como no nível da investigação e produção científica - como também importância e impacto em nível intra e interindividual.

A Formação Continuada é uma exigência da LDB 9394/96. Os professores necessitam conhecer as leis que regem seus direitos e deveres, para que, assim, possam cobrar mais das autoridades competentes, sejam elas entidades públicas ou privadas. Entretanto, é importante destacar os deveres docentes no trabalho pedagógico com crianças que deve superar a dicotomia entre cuidar e educar, permitindo pelo processo da organização do tempo e do espaço, possibilidades para o conhecimento, para a aprendizagem e desenvolvimento infantil. Em relação aos direitos recorremos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/96, no Artigo 13, que destaca:

> Os docentes incumbir-se-ão de: I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III - zelar pela aprendizagem dos alunos; IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996, p. 6).

Candau (1997) apresenta três aspectos fundamentais para o processo de formação continuada de professores: a escola, como locus privilegiado de formação; a valorização do saber docente; e o ciclo de vida dos professores. Isto significa dizer que a formação continuada precisa: primeiro, partir das necessidades reais do cotidiano escolar do professor; depois, valorizar o saber docente, ou seja, o saber curricular e/ou disciplinar, mais o saber da experiência; por fim, valorizar e resgatar o saber docente construído na prática pedagógica (teoria + prática).

Assim, analisamos a formação continuada diretamente ligada ao papel do professor; as possibilidades de transformação de suas práticas pedagógicas e nas possíveis mudanças do contexto escolar. Imbernón (2010) ainda ressalta a formação continuada como fomento de desenvolvimento pessoal, profissional e institucional dos professores, elevando seu trabalho para transformação de uma prática. Tal prática está para além das atualizações científicas, didáticas ou pedagógicas do trabalho docente, supõe uma prática cujo alicerce é balizado na teoria e na reflexão desta, para mudança e transformação no contexto escolar.

Diante dos diversos pensamentos sobre a formação continuada de professores e as diversas práticas ao respeito, fica esclarecido que não há modelo único. Portanto, se faz necessário conhecer esses pensamentos e práticas, analisá- los criticamente e apreender isso para desenvolver novos conhecimentos, cujos produtos sejam, de fato, a transformação da formação dos profissionais da educação.

5. O PROFESSOR E AS NOVAS TECNOLOGIAS

A era digital, em especial com o advento da internet, abriu caminhos e trouxe ao homem o acesso a um novo espaço comunicacional. Em meio a uma diversidade linguística e cultural, algumas vezes apontada como forma de inserção na cultura globalizada, em diversos setores da sociedade.

Com as Novas Tecnologias da Informação abrem-se novas possibilidades à educação, exigindo uma nova postura do educador. Com a utilização de redes telemáticas na educação, podendo-se obter informações nas fontes, como centros de pesquisa, Universidades, Bibliotecas, permitindo trabalhos em parceria com diferentes escolas; conexão com alunos e professores a qualquer hora e local, favorecendo o desenvolvimento de trabalhos com troca de informações entre escolas, estados e países, por meio de cartas, contos, permitindo que o professor trabalhe melhor o desenvolvimento do conhecimento.

Para acompanhar essa inovação tecnológica é necessária a formação e com ela a capacidade de seleção dos instrumentos, dos canais e dos documentos; deve ocorrer uma relação entre os aspectos econômicos e pedagógicos, pois sobre eles se darão as ações administrativas. Portanto, os recursos tecnológicos podem facilitar a passagem do modelo mecanicista para uma educação mais interacionista; um processo interativo com alternância de papéis, conexão, heterogeneidade e multiplicidade, que seja capaz de gerar um estímulo-resposta entre o professor e o aluno. O computador é uma "ferramenta" que auxilia no intermédio da ação do professor e o aprender do aluno, um auxiliar, sempre disponível e muito útil quando bem utilizado.

O uso da tecnologia não se restringe apenas aos novos modelos de determinados equipamentos e produtos; ela altera comportamentos. A ampliação da tecnologia impõe-se à cultura existente, transformando não apenas o comportamento individual, mas o de todo o grupo social. Bellonni (2001, P. 55) diz que: "A integração das inovações tecnológicas aos processos educacionais vai depender, então, da concepção de educação das novas gerações que fundamentam as ações e políticas do setor".

Com o adequado emprego da tecnologia, o professor deverá ser o elemento fundamental nesta mudança de mentalidade e atitude, inclusive com uma nova visão a respeito do erro não mais como punição, mas como oportunidade para aprender, desenvolver a autonomia e a flexibilização de um sistema rígido, centralizado e controlador (VALENTE, 1997, p. 21). O educador exercerá um trabalho mais intelectual, mais criativo, mais colaborativo e participativo e estará preparado para interagir e dialogar – junto com seus alunos – com outras realidades fora do mundo da escola. É esta rede de informações e conexões que torna o ensino não-linear e colabora para a organização da inteligência coletiva distribuída no espaço e no tempo, como nos ensina Lévy (1999). Cria-se um coletivo inteligente, que nada é fixo, mas não tem desordem, pois são coordenados e constantemente avaliados. Interagir neste meio equivale a reconstruir um mundo comum que pensa diferentemente dentro de cada um de nós, porém contribui para a construção coletiva do saber. A mudança de paradigma requer um exercício muito

Ao admitir o conhecimento como um processo de natureza interdisciplinar

—que pressupõe flexibilidade, plasticidade, interatividade, adaptação, cooperação, parcerias e apoio mútuo— (MORAES, 1996, p. 14), coloca-se a utilização pedagógica do computador na confluência de diversas teorias - teorias "transitórias" e coerentes com a visão epistemológica da rede. Dessa forma, abrem-se as possibilidades de profunda alteração na pedagogia tradicional - o que não significa sua negação, mas um redimensionamento e uma dinamização alicerçados no procedimento de questionar, de admitir a provisoriedade do conhecimento, na abertura ao diálogo e na integração de novas idéias.

6. NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS

A necessidade de mudança na educação brasileira é um desafio e, ao mesmo tempo, um momento ímpar para os educadores de forma geral. Experiências de algo novo na prática pedagógica têm sido um caminho árduo para alguns e incentivo para outros. Fazer a ruptura com a velha concepção de "ensinar" é o caminho para o novo perfil do educador que, para tal, precisa voltar a estudar.

Acredita-se que as coisas não mudam na educação, principalmente, pelas dificuldades enfrentadas por todos aqueles e aquelas que nela exercem as suas atividades profissionais, ao tentarem se adaptar a uma nova cultura de trabalho que, por sua vez, requer, mais do que nunca, uma profunda revisão na maneira de ensinar e de aprender. Embora quase todos percebam que o mundo ao redor está se transformando de forma bastante acelerada, entretanto, a grande maioria dos professores ainda continua privilegiando a velha maneira com que foram ensinados, reforçando o velho ensino, afastando o aprendiz do seu próprio processo de construção do conhecimento, conservando, assim, um modelo de sociedade que produz seres incompetentes, incapazes de criar, pensar, construir e reconstruir conhecimento.

Para que a escola consiga ser um espaço de construção de formação do cidadão capaz de exercer sua cidadania de forma plena, necessita construir uma nova forma de organizar seu trabalho, capaz de romper e mudar o pensamento unidimensional em direção do novo paradigma de inclusão. Tomando cuidado para que ao apropriar-se desses novos recursos tecnológicos não esteja sendo manipulada ao consumismo.

De acordo com Demo (1998), há um rompimento com o conhecimento racional com paradigmas rígidos optando para a flexibilidade. Nesta nova concepção a tarefa principal do conhecimento é até certo ponto, desfazer as verdades, descongelar os entraves ao processo de questionamento e inovação. A difusão desse conhecimento é mediante ao processo de comunicação que pode utilizar recursos consi-

derados de tecnologias, como o quadro negro, livro e outras ferramentas pedagógicas ou ser mediada por meio das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs).

Esse conjunto de novas abordagens estratégicas compõem um universo - de práticas, valores, conceitos, entre outros - sempre pronto para ser desbravado. Não existem mais fórmulas mágicas ou receitas para lidar com fatos e elementos práticos ou teóricos. As novas propostas que regem os processos de aquisição e proliferação dos saberes humanos estão permanentemente sendo constituídas e reconstruídas, de maneira mais democrática, interativa e dialética. Esse processo e determinado pelos paradigmas.

Portanto, a educação mediada pelas TIC necessita de uma significação, de uma intenção pedagógica que vise torná-la o meio e não o fim. Neste sentido, é fundamental que o uso destas ferramentas desenvolva a capacidade do educando de construir seus conhecimentos, de buscar, compartilhar e reelaborar informações. Assim, minimizando os problemas decorrentes do uso inadequado, respondendo ao menos parcialmente os questionamentos:

> E essa a educação que tenta acompanhar a revolução das tecnologias da informação? É desta forma que estaremos preparando as futuras gerações para terem acesso às redes de comunicação, ao conhecimento disponível? Como desenvolver autonomia, cooperação e criticidade a partir desses novos instrumentos? E por que as coisas não,

Assim sendo, espera-se que as universidades possam oferecer cada vez mais cursos de formação que sejam satisfatórios para a sociedade contemporânea. Neste âmbito, pode-se observar que a prática docente deve se reciclar, se ambientar em novos formatos, se apropriar aos conceitos do novo paradigma existente na atualidade. Os docentes podem aproveitar os recursos tecnológicos para auxiliar de maneira crítica a prática pedagógica. O professor dos dias de hoje deve ser um agente que estuda incessantemente, que se aprimora e que corre para acompanhar as novidades midiáticas. Moran (2005, p. 36) afirma que:

> A educação escolar precisa compreender e incorporar mais as novas linguagens, desvendar os seus códigos, dominar as possibilidades de expressão e as possíveis manipulações. É importante educar para usos democráticos, mais progressistas e participativos das tecnologias, que facilitem a evolução dos indivíduos

Para encarar as transformações que já ocorreram, o profissional deve se preparar, e antes de tudo é preciso estar aberto para atuar em várias áreas e saber lidar, cada vez mais, com a tecnologia e aperfeiçoar as relações humanas. O caminho é ter conhecimento para atuar em diferentes áreas do conhecimento com qualidade, relacionar-se bem com a as pessoas, buscar especializar-se em vários assuntos prezar a qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No artigo, procuramos argumentar que a formação de professores, embora tenha se tornado uma temática central nas discussões no cenário acadêmico brasileiro, os cursos que oferecem essa formação para atuação na educação básica permanecem sem alterações significativas em seu modelo formativo. Nessa tentativa, tomamos caminhos que nos levaram a evidenciar as exigências dessa formação, a formação oferecida e o papel do professor no contexto universitário.

A questão, ora proposta, é o desafio das Instituições de Ensino Superior (IES) na construção de projetos pedagógicos no momento atual pelo qual passa a educação superior no Brasil e as constantes exigências do mercado de trabalho em preparar o aluno para ocupar postos de trabalho diferenciados e que exigem uma série de habilidades específicas, somando-se a isto a postura de consumidor do próprio aluno influenciado pela mensagem publicitária de algumas IES que afirmam preparar integralmente o seu aluno para o mercado de trabalho, como a frase "aqui o aluno aprende na prática" e outras frases de efeito.

Reconhecemos o valor da teoria, da reflexão e do conhecimento, indispensáveis à construção da práxis. Estudos e ações governamentais devem atingir a estas questões apontando outros caminhos para a construção de uma formação continuada que possa ao mesmo tempo, realizar-se no tempo e espaço escolares, alcançar o professor nos seus projetos de ascensão profissional e fundamentar teoricamente sua práxis educativa.

Entretanto, é imprescindível considerar que os novas tecnologias estão sendo associados a outros recursos, o que introduz novas formas de fazer e de interagir, modifica a maneira como se pensa e como se aprende e torna necessário refletir sobre os mesmos em cada uma das atividades de formação que se pretenda realizar

A reflexão crítica conduzida durante a pesquisa deixa claro que é urgente repensar as práticas pedagógicas a fim de sintonizá-las com as demandas de um contexto que diverge totalmente das práticas outrora aplicadas, de características fragmentárias e até mesmo excludentes.

O uso de tecnologias na educação permite que os estudantes desenvolvam habilidades intelectuais com maior motivação, pois ele estará aprendendo de forma condizente com a realidade em que vive – a era de grandes avanços tecnológicos. Ele já é uma realidade, mas não na grande maioria, na qual ainda predomina o estilo tradicional – carteiras enfileiradas, alunos calados e passivos, uso apenas de livros, lousa e giz.